

CARTOGRAFIA SOCIAL: LUGAR DE ENUNCIÇÃO INSTITUINTE DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NOS GERAIS

SOCIAL CARTOGRAPHY: PLACE OF INSTITUTIONAL ENUNCIATION OF TRADITIONAL TERRITORIES IN GENERAL

CARTOGRAFÍA SOCIAL: LUGAR DE ENUNCIACIÓN INSTITUCIONAL DE LOS TERRITORIOS TRADICIONALES EN GENERAL

SANTOS, Rafael Pereira

SILVA, Roberta Alves

RESUMO

Descrever os lugares ecológicos de produção de existência das comunidades quilombolas pesqueiras como exercício instituinte de sua territorialidade é o objetivo de discussão interpretativa deste artigo. Parte-se do pressuposto hipotético de que a enunciação dos sujeitos sociais coletivos sanfranciscanos, se configura no modo instituir lugares a partir da nomeação das paisagens dinamizadas pelas águas do rio São Francisco. A metodologia adotada é a Interpretação densa e compartilhada dos fluxos ecológicos dos pescadores quilombolas de Croatá e Sangradouro Grande. A Estratégia Metodológica utilizada são as técnicas da cartografia social e interpretação do discurso nos lugares enunciativos dos povos sanfranciscanos. Como resultante, observa-se que a cosmovisão destes sujeitos se fundamenta no seco, molhado e no exercício da territorialidade a partir da enunciação que nomeia, mapeia e institui territórios sociais coletivos

Palavras-chave: Enunciação. Linguagem. Etnomapa. Dinâmica.

ABSTRACT

Describing the ecological places of production of quilombola fishing communities as an instituting exercise of their territoriality is the objective of this article's interpretative discussion. It starts with the hypothetical assumption that the enunciation of collective social subjects from Sanfranciscanos, is configured in the way of instituting places based on the naming of the landscapes dynamized by the waters of the São Francisco River. The methodology adopted is the dense and shared interpretation of the ecological flows of quilombola fishermen from Croatá and Sangradouro Grande. The Methodological Strategy used are the techniques of social cartography and discourse interpretation in the enunciative places of the people of San Francisco. As a result, it is observed that the worldview of these subjects is based on the dry, wet and the exercise of territoriality from the enunciation that names, maps and institutes collective social territories.

Keywords: Enunciation. Language. Ethnomap. Dynamics.

RESUMEN

Describir los lugares ecológicos de producción de las comunidades pesqueras quilombolas como un ejercicio instituyente de su territorialidad es el objetivo de la discusión interpretativa de este artículo. Se parte del supuesto hipotético de que la enunciación de sujetos sociales colectivos de Sanfranciscanos, se configura en la forma de instituir lugares a partir de la denominación de los paisajes dinamizados por las aguas del río San Francisco. La metodología adoptada es la interpretación densa y compartida de los caudales ecológicos de los pescadores quilombolas de Croacia y Sangradouro Grande. La Estrategia Metodológica utilizada son las técnicas de cartografía social e interpretación del discurso en los lugares enunciativos del pueblo de San Francisco. Como resultado, se observa que la cosmovisión de estos sujetos se fundamenta en lo seco, lo húmedo y el ejercicio de la territorialidad desde la enunciación que nombra, cartografía e instituye territorios sociales colectivos.

Palabras clave: Enunciación. Idioma. Ethnomap. Dinámica.

INTRODUÇÃO

As dinâmicas territoriais no sertão sanfranciscano em Minas gerais ao longo do rio São Francisco na perspectiva de Santos e Silva (2019) podem ser entendidas em três movimentos, a saber: a ocupação das terras livres pelas populações tradicionais, a expropriação destes no período militar desenvolvimentista, e, por último a reapropriação dos territórios pela emergência antes silenciada das populações que se autoatribuem a identidade tradicional em processo atual de conflito com fazendas falidas em seu território.

A política de Estado sempre foi presente, mas, sobretudo tímida no Sertão Sanfranciscano até 1960, e, por tal razão a autonomia relativa das populações se explica por leis pautadas pela moralidade local até 1950. Em “tese” a suposta autonomia foi possibilitada por fronteiras naturais da malária, o que não restringiu o surgimento de grande contingente de comunidades quilombolas de pescadores que buscavam na invisibilidade sua estratégia de resistência. Entretanto, nunca se consolidou a inexistência de comunicação ou redes de trocas e comércio entre os próprios cativos e intermediadores livres que se beneficiavam economicamente.

A invisibilidade como resistência se desfez totalmente quando as fronteiras étnicas e naturais do Sertão sanfranciscanos se desfizeram – a partir do momento em que o Estado colocou os territórios tradicionais (terra de ausentes) que aparecem nas pesquisas de Santos (2018) no bojo da internacionalização do capital. Esse ato tornou territórios de quilombolas- pescadoras (es) em empresas agrícolas com CNPJ. As compras se deram por meio do acesso de empresas ao erário público, configurando o Norte de Minas na nova fronteira do gado entre 1970 – 1990. Isso só foi possível pela ação concatenada de cartórios locais, ação dos agrimensores e, sobretudo pelos vultosos empréstimos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE que ofereceu o capital para empresas comprarem e expropriarem os territórios tradicionais.

Na prática, as terras da União nas margens do rio eram de posse livre e centenária dos tradicionais, e, grande parcela das terras devolutas do Estado, sendo que ambas foram anexadas aos documentos em processos dúbios de regularização fundiária que tornou as terras forras em empresas rurais.

A metodologia utilizada neste artigo intercientífico é a interpretação densa proposta por Geertz (2015). A proposta de interpretação antropológica de Geertz busca entender o espaço, o tempo e os sujeitos a partir da observação, análises - que são balizadas pelo dito e até mesmo os silenciamentos. A descrição densa nos termos de Geertz é uma ciência interpretativa do cotidiano:

(...) a "escrção" e "explicação" aqui aparece como sendo, de forma ainda mais relativa, entre "inscrição" ("descrição densa") e "especificação" ("diagnose") — entre anotar o significado que as ações sociais particulares têm para os atores (...) para o que nos for possível, o que o conhecimento assim atingido demonstra sobre a sociedade na qual é encontrado e, além disso, sobre a vida social como tal (GEERTZ, 2015, p.19).

A perspectiva de Geertz (2015) compreende a “interpretação antropológica construindo uma leitura do que acontece, nessa ocasião ou naquele lugar, sem divorciá-la do que dizem ou o que fazem as pessoas (...)” (GEERTZ 2015, p. 130). Indubitavelmente, a interpretação antropológica só é possível na proposta de Geertz a partir de visitas de campo, que, neste caso foram 3 imersões investigativas de aproximadamente 5 dias cada uma, respectivamente 2 em 2018 e outra em 2019 nas comunidades quilombolas, pesqueiras e vazanteiras de Croatá e Sangradouro Grande em Januária-MG,

Ao buscar os sentidos e entendimentos expressos na identidade, território e nas territorialidades foi possível entender como se forma um indivisível território que é pesqueiro, quilombola e vazanteiro em um contexto de conflito com empresas rurais, o que também acontece nas águas marítimas, conforme Maldonado (2008). E neste contexto que se busca entender o território com um modo de vida próprio e apropriado que foi suplantando e passou pelo esbulho entre os anos de 1980 e 2013, período que os pescadores (as) tiveram que fixar moradas em ilhas anualmente alagáveis pelas cheias do rio.

A interpretação densa foi necessária posta a complexidade e amplitude temporal de expropriação dos moradores do território que tiveram suas “vidas ilhadas” por quase 35 anos, a espera do tempo oportuno de

retornar ao território. A cartografia comunitária exigiu uma construção coletiva de diferentes gerações para que fosse possível construir o etnomapa que tratasse: o território antigo e atual, respectivamente antes e depois do esbulho e os significados que foram sendo construídos nestes interstícios de tempo.

(...) o homem é um animal amarrado à teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de lei, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado (GERTZ, 2015, p. 4).

A busca de interpretar o modo de vida destes sujeitos sociais coletivos sanfranciscanos contribuiu para que os ambientes físicos e simbólicos fossem, em boa medida, analisados pelo trabalho de campo e cartografia social.

Para Almeida (2013) a Nova Cartografia Social é uma linguagem que expõe os limites e amplitudes do poder e por isso, o direito de tracejar o território tradicionalmente ocupado é contestatório visto que ele coloca em questão as fronteiras de projetos distintos de sociedade.

As técnicas da cartografia social utilizadas na construção do etnomapa pelos quilombolas pescadores (as) se deram com procedimentos de entrevistas com os mais velhos e lideranças, uso de instrumentos como GPS, celular com gravador de voz, máquinas fotográficas para registro de fotos, áudios e vídeos. Além disso, as anotações no caderno de campo foram posteriormente transcritas e debatidas na comunidade, onde se escolheu os temas identidade, conflito e território.

Possey (2001) em suas análises do povo indígena Kayapo observou que havia uma distinção de entendimento e linguagem entre pesquisador e sujeitos de pesquisa. Ao observar a agricultura nas trilhas dos indígenas, concluiu que embora os indígenas não chamassem aquilo de agricultura, para ele era. Também observou que roças antigas eram deixadas para o espírito dos que ali moravam ou morrem e nesta noção, tais povos conservavam áreas com um manejo natural. Diante disso, concluiu que as diferentes linguagens e pontos de vistas cognitivos devem ser feitas a partir de interpretações compartilhadas da realidade.

As interpretações compartilhadas se dão no sentido em que os pesquisadores e pescadoras (es) quilombolas partilharam seus saberes. Como sugere Possey: "há interpretações diferentes porque há realidades cognitivas diferentes" (POSSEY, 2001, p. 282). Por esta razão, a necessidade de alternância de diálogos se deu posteriormente por meio de áudios e vídeos no sentido de complementar, interpretar e compartilhar ideias e percepções de mundo que não ficaram tão claras nos momentos de trabalho de campo.

A COSMOVISÃO DO SECO E MOLHADO

O Estado de Minas Gerais é formado pelo duplo imaginário: os sertões, enquanto uma vastidão de terra vazia e pelas Minas dos minérios. O imaginário dos gerais e das minas para Santos (2018) correspondem à formação socioeconômica do estado, entretanto ressalta que os gerais nunca foram vazios demográficos. Tal percepção de vazio nos gerais ocultam uma gama de populações de pescadores (as), indígenas, quilombolas e geraizeiros que produziam os alimentos para sustentar os trabalhadores das minas por meio da pesca, coleta de frutos, cultivo da terra e processamento de alimentos até mais ou menos 1950.

A pesca e o cultivo da terra correspondem a uma ambivalência dos lugares e espaços dos pescadores (as) quilombolas do Norte de Minas. Eles exercem sua territorialidade neste complexo de lugares que abarcam o rio, a vazante, o baixão, as sequentes lagoas marginais e a terra firme com morros, carrascos/matras (terras mais áridas distantes do rio).

Nas águas do "Velho Chico" a pesca artesanal ainda se dá com saberes e técnicas ancestrais consorciadas com menos intensidade com os apetrechos da modernidade. Os apetrechos como rede e canoa persistem sendo construídos pelos comunitários, como não mais derrubam árvores pra a canoa de voga, compram tábuas e constroem seus barcos para a pesca. A agricultura de milho, abóbora e feijão é feita na vazante (depósitos de sedimentos de terra, areia e folhas que anualmente são depositados nas margens ou na calha do rio). Ressalta-se que vazantes e ilhas podem ser levadas pelo rio. Do mesmo modo que "o rio Faz, o rio desfaz" afirma a pescadora Maria das Dores (2019), e, nesta dinâmica acompanham o rio.

Os lameiros é que formam uma vazante. Quando o rio enche aquela parte da lama cobre a areia. E quando o rio abaixa, fica aquele lameiro e a gente planta nele. O baixão é onde o rio passava antigamente e mudou, nele a gente planta as plantas que dá raiz dentro da terra (tubérculos). De acordo que o rio vai vazando (baixando o nível) a gente vai plantando atrás. Por isso, a gente só planta na época que o rio vem e abaixa. As ilhas são formadas de lameiros que vira vazante. O lameiro vira vazante, a vazante vira ilha. (Maria das Dores Pereira da Silva, Entrevista, 20 novembro de 2019).

Tempo de seca e tempo de água (chuva) pautam a vida destes pescadores (as) quilombolas. Na seca pescam. Na piracema limpam a terra no alto para produzir milho e feijão, e, após a cheia cultivam nas vazantes. Assim ordenam tempo e o trabalho na pesca artesanal seja no cultivo da parte alta, seja no cultivo após a cheia na vazante.

O complexo de lugares de água: rio e lagoa e terra: vazante, lameiro, baixões e terra alta (mata ou carrasco onde cultivam e coletam frutos e mel) são a síntese da paisagem natural socializada de seu território. Aí nestas paisagens os sujeitos coletivos de Croatá e Sangradouro grande exercem sua territorialidade aqui entendida como “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” (LITTLE, 2002, p. 3). O território físico é formado por espaços de produção física e reprodução social e simbólica de saberes que se amalgamam e formam o lugar de vida destes grupos sociais.

A territorialidade envolve o uso e defesa do território. Segundo Almeida (2008) a territorialidade pode se evidenciar, sobretudo, mas não somente pelos fatores étnicos, ecológicos, gênero e na autoidentificação coletiva. O território dos pescadores quilombolas de Croatá e Sangradouro é formado neste sentido que a vida no lugar de vida onde se firmam as identidades de trabalho: pescador, vazanteiro e a identidade étnica quilombola.

As duas comunidades, Sangradouro e Croatá, não somente são próximas, mas possuem laços de parentesco e sofreram o mesmo esbulho possessório. Seu território tornou-se a fazenda Itapiraçaba de “propriedade” de Astério Itabayana que posteriormente tornou-se o espólio Astério Itabayana. O espólio vendido tornou-se a Empresa Agrícola Santo Antônio. Itabayana foi um rico e temido coronel moderno local que anexou as terras de ausentes registrando-as no cartório. Daí se deu o branqueamento do território com violência física e simbólica por meio de jagunços. O território com centenas de quilombolas/pescadores tornou-se palavras registradas como propriedade em cartório de registro de imóveis:

Os lugares de Tábua da Veneza, Comatá (leia-se Croatá), Porto de Maria da Cruz, Sangradouro Grande, Gameleira e Mutambeira, num total de 5.012 hectares (CRIJ, 2014, p. 1-6).

O território mapeado, conforme o etnompá abaixo indica como o mundo destes sujeitos sociais coletivos é entendido, vivido e apropriado.

O resultado deste imbróglio tornou os pescadores-quilombolas em sujeitos expropriados impondo-lhes um vida de moradores de ilhas anualmente alagáveis e, por isso, a partir de 2012 fortaleceram a luta comunitária, posto que antes as resistências familiares que se tornaram “movimentos de territorialização” (ALMEIDA, 2008, p.9), em virtude do diminuto território que limitava o crescimento das famílias.

As articulações com a Pastoral da Pesca – CPP foram importantes para fortalecer ações familiares antigas que não eram coletivas. A formação sociopolítica destes sujeitos se deu no bojo da Campanha dos Territórios Pesqueiros, construindo assim o que Catells (1999) denominou de identidade de resistência, enquanto sujeitos sociais estigmatizados e expropriados em processos de resistência e reterritorialização ancestral de seu lugar de viver, morar, trabalhar e celebrar a vida.

Figura 1 - Etnomapa da Comunidade Quilombola Pesqueira de Croatá e Sangradouro grande;



Fonte: Comunidade Quilombola Pesqueira e Vazanteira de Croatá

O modo de apropriar do território das pescadoras (es) de Croatá e Sangradouro acompanha a dinâmica do rio. Eles instituem continuamente nomes aos lugares secos e molhados. Destas categorias de nomes eles fazem a apropriação física e daí emergem práticas territorializantes nestas Comunidades. Por assim dizer, este é o modo de tecer a cosmografia na perspectiva de Little (2002) que são resultantes vínculos e ideias de mundo.

No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades, coletivamente criados e historicamente situados (LITTLE, 2002, p. 4).

A cosmografia da linguagem impressa nas paisagens é uma expressão das práticas sociais de nomeação que é o objetivo central deste trabalho. A nomeação emerge como um elemento fundamental na medida em que expressa uma racionalidade instituinte de territórios mapeados pela palavra, que se iniciam no labor em um determinado lugar do rio com a pesca ou na vazante e ilha, por meio do cultivo de cereais.

(...) Tinha um senhor que foi morador primeiro da ilha. Então ele pescava e começou a plantar primeiro. Então essa ilha de cá é a Ilha de Pedro Preto que era morador aqui do Croatá. E aí tinha esse outro senhor que era Zé Cravo que começou a trabalhar nessa ilha lá embaixo. (...) Eles foi trabalhando e deu o nome da ilha para ele- (Antônio das Neves, Entrevista realizada em 19 de maio 2019).

Ao nomear um lugar criam-se territórios sociais com finalidade coletiva e familiar que não é uma propriedade familiar, mas preferencialmente um território familiar com direito a sucessão no contexto de uso.

A este respeito, Emile Beneviste (1989) afirma que o estudo da língua deve ser no uso da mesma e aqui nos importa a sua natureza simbólica e material na constituição de territórios. Não é objetivo fazer a discussão dos meandros metodológicos da linguagem, seus paradigmas, seus sistemas e ou suas estruturas, mas possibilitar a emersão do contexto vivido da linguagem em pequenas comunidades em e na sua específica forma de apropriar de lugares sociais.

Beneviste é um dos estudiosos que se associa ao pensamento de Saussure e desse último herda uma concepção de deslocamento da pesquisa em linguagem com visão mais integral. Ele se preocupa com o contexto em oposição aos estudos que até então dedicavam às origens, perdas, gênese e as propriedades fundamentais das línguas. Entretanto, ambos se divergem em um aspecto, enquanto Saussure faz opção do estudo da língua na escrita, Beneviste propõe pensar a língua em seu contexto de uso.

Partindo do pressuposto de que a língua se constrói no contexto vivido para Beneviste (1989) é que sustentamos o argumento de que no São Francisco as práticas de sociabilidades e ritos de nomeação no campo da linguagem que cria territórios que se alteram, permanecem pela dinâmica das águas.

Na perspectiva de Beneviste (1989) discutir linguagem é discutir uma faculdade humana e aqui importa entender como o símbolo linguístico mediatiza e organiza o pensamento a partir de categorias de enunciação expressas no território. Para Beneviste a língua só se dá na relação necessária: pessoa, espaço e tempo. A pessoa é sempre um pressuposto da relação eu-tu (ego), fala que sempre se direciona para o outro, no aqui (lugar) e agora (tempo). E aí que se sustentam a teoria da enunciação *ego – hic et nunc* (eu-aqui-agora). Isso significa dizer que as pessoas estão em relação e se constroem discursivamente no tempo e no espaço enquanto sujeito que fala ou melhor que enuncia e pronuncia construindo o seu território:

O que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo. Isso determina a estrutura do quadro figurativo da enunciação, o do diálogo, que tem obrigatoriamente um eu e um tu (Beneviste, 1989 p. 87).

A enunciação é um elemento que indica a percepção dos sujeitos em relação. A categoria seco e molhado (terra e água, tempo de chuvas-cheias e baixa do nível do rio) são expressões da cosmovisão de lugar e tempo e tudo isso compõe o arranjo ecológico que abarca os lugares possíveis que compõem o território dinamizado pelas águas. Ao instituírem nomes criam-se limites de uso em oposição às fazendas e se constroem os territórios coletivos e familiares.

Os pescadores (as) quilombolas constroem sua casa no barranco do rio, mas têm entendimento que o rio é dono do caminho e por tal razão muitos ao dizer que uma casa ou uma tenda de farinha foi submersa com areia os mesmo dizem: “o rio comeu”. Outra questão recorrente nas falas dos pescadores (as) é “o rio São Francisco é meu patrão”. O rio emerge como sujeito que se constrói numa relação de identidade, trabalho e lugar.

Todos podem usar o rio, mas aqui o rio tem marcação. Só na nossa comunidade tem mais de 5 lanços. (...) Aqui tem um lanço de meu esposo João e João Lucas. Mais acolá tem o último. O lanço é o lugar onde se faz o arrasto da rede (...) é na Ilha de Pedro Preto é o último lanço que tem, é o lanço de seu Betinho que no caso não aguenta mais pescar e passou para o filho. (Maria das Dores Pereira Silva entrevista realizada em julho de 2018).

Ter um lanço ou ter direito de participar deste é saber que ele é um sistema comunal aberto aos chegantes. A princípio, no início do ano (após as últimas cheias) o interessado (a) se oferece ou é convidado a limpar a calha do rio, para tirar galhos e madeiras que impedem a rede de passar livremente no fundo do rio sem enganchar e executar bem a sua função que é capturar peixes.

Para Bourdieu (1996) os atos da linguagem são linguístico e extralinguísticos e a isso pode-se dizer que o ato linguístico que se dá no colocar de colocar um nome e o ato extralinguístico se dá no apropriar do lanço e da vazante por meio do trabalho de limpa do rio, e no primeiro trabalho na vazante ou lameiro. Se a palavra constrói as coisas ela também classifica e a maneira mais eficaz é fazer com que uma instância social reconheça impondo uma identidade e uma fronteira.

CONCLUSÕES

A credibilidade do nome dado, pelo primeiro a trabalhar na vazante e limpar o canal do rio, reafirma que a terra é de quem trabalha e nomeia ela. E nas práticas de sociabilidades, se observa a moralidade do grupo que reconhece o direito de posse num sistema aberto e comunal. Se o rio faz e desfaz o trabalho constrói e põe

instância social por meio do trabalho e reconhecimento do grupo social.

A linguagem no contexto vivido e o território etnoecologicamente mapeado faz transcender barreiras e padrões e por isso tais percepções e práticas colaboram para pensar os limites dos e as fronteiras traçadas no horizonte do espaço, na perspectiva do tempo e a partir da enunciação emancipadora e emancipada que institui e configuram paisagens naturais traçadas pelo rio em lugares sociais de reprodução da vida.

Os saberes que emergem desta práxis são decoloniais na medida em que eles põem em questão saberes, instituições e a noção ocidental de propriedade em um contexto de território fluido que se faz e desfaz, assim como a vida. Disso é possível depreender uma ética civilizacional para se pensar consenso, dissenso e mais do que isso uma ética da convivência humana em um sistema aberto em que o próprio é nomeado, trabalhado e institucionalizado na medida em que ali, naquele momento uma família e ou populações se conhecem e se respeitam enquanto a partir de forças instituinte de dentro e não instituídas e impostas hierarquicamente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. B. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A. W. B e JUNIOR, E. A. de F. (Org.). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**: Manaus: UEA Edições, 2013. p. 157 – 173.
- ALMEIDA, M. G. de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F. BRAGA, H. C. (orgs) **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia 2008.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.
- BOURDIEU, P. **Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.
- CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo. Editora: paz terra, 1999.
- CRIJ. **Cartório de Registro de Imóveis de Januária**. Januária, 2014. p. 1-6.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTV, 2015.
- LITTLE, E P. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, ano 2, n. 3, out. 2002 Campo Grande – MS. p. 33-52.
- MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares: Espaço e Indivisão na Pesca Marítima**. São Paulo, Annablume. 1993.
- NEVES, A. **Entrevista**, Januária, 2019.
- SILVA, M. D. P. **Entrevista**. Januária, 2019.
- POSSEY, D. A. Interpretando e utilizando a realidade dos conceitos indígenas: o que é preciso apreender dos nativos? In DIEGUES, A. C. **Espaços Naturais de Uso Comum**. São Paulo, NAPAUB – USP, 2001.
- SANTOS, R. P. **Da Existência Ilhada ao Território: estratégias e trajetórias da Comunidade de Croatá, MG na busca de conquistar seu território**. [Dissertação de Mestrado]. Diamantina: UFVJM, 2018. 233 p.
- SANTOS, R. P; SILVA, R. A. Como as Águas do Rio, a Vida é Movimento: pesca e conflitos por terra e água no rio São Francisco In: FERREIRA, G. H. C. (Org.) **Geografia agrária**. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.